

RACISMO NAS ESCOLAS E MEDIDAS PEDAGÓGICAS PARA COMBATÊ-LO RACISM IN SCHOOLS AND PEDAGOGICAL MEASURES TO COMBAT IT

Bárbara Priscilla de Miranda¹, Rute Ester Silva¹, Cristiana Amorim de Souza²

1 Estudantes do Curso de Pedagogia

2 Professora Especialista do Curso de Pedagogia

Resumo

Este estudo investiga a contínua presença do racismo no contexto educacional, examinando sua influência desde. Destaca-se a amplitude das manifestações do racismo, desde ideias de superioridade racial até discriminações sistêmicas em diversos níveis individuais, culturais e institucionais. Aponta-se que o racismo não é inerente, mas moldado pelo ambiente em que se é criado, destacando o papel fundamental das instituições educacionais na promoção de uma postura antirracista. Apesar dos avanços representados pela Lei 10.639 no combate ao racismo na educação, são identificados obstáculos em sua aplicação efetiva abordando a desigualdade no acesso à educação entre indivíduos de diferentes grupos raciais como um desafio significativo, demandando políticas educacionais mais inclusivas. Exploram-se as várias facetas do racismo no ambiente escolar além das disparidades socioeconômicas enfrentadas por estudantes negros. A pesquisa se baseia em uma ampla revisão bibliográfica, incorporando livros, artigos científicos, publicações periódicas e recursos disponíveis em bancos de dados acadêmicos. A análise prioriza trabalhos que abordam a persistência do racismo e suas implicações no contexto educacional. Enfatiza-se a importância de gestores escolares ativos na luta contra o racismo, indo além do cumprimento formal e promovendo efetivamente a valorização da cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino. Medidas pedagógicas são propostas para sensibilizar alunos e educadores, visando criar ambientes educacionais inclusivos e abordar o racismo em suas dimensões estruturais e institucionais. Os resultados evidenciam a necessidade de uma abordagem educacional antirracista desde a base, ressaltando o papel fundamental das instituições de ensino na criação de ambientes inclusivos.

Palavras-Chave: Racismo Escolar, Prática Docente, Identidade negra, Cultura, Educação.

Abstract

This study investigates the continued presence of racism in the educational context, examining its influence from childhood to future generations. The range of manifestations of racism stands out, from ideas of racial superiority to systemic discrimination at different individual, cultural and institutional levels. It is pointed out that racism is not inherent, but shaped by the environment in which it is created, highlighting the fundamental role of educational institutions in promoting an anti-racist stance. Despite the advances represented by Law 10,639 in combating racism in education, obstacles are identified in its effective application, addressing inequality in access to education between individuals from different racial groups as a significant challenge, demanding more inclusive educational policies. The various facets of racism in the school environment are explored in addition to the socioeconomic disparities faced by black students. The research is based on a broad bibliographical review, incorporating books, scientific articles, periodical publications, and resources available in academic databases. The analysis prioritizes work that addresses the persistence of racism and its implications in the educational context. The importance of active school managers in the fight against racism is emphasized, going beyond formal compliance, and effectively promoting the appreciation of African and Afro-Brazilian culture in educational institutions. Pedagogical strategies are proposed to raise awareness among students and educators, aiming to create inclusive educational environments and address racism in its structural and institutional dimensions. The results highlight the need for an anti-racist educational approach from the ground up, highlighting the fundamental role of educational institutions in creating inclusive environments.

Keywords: School Racism, Teaching Practice, Black Identity, Culture, Education.

Contato: barbara.miranda@souicesp.com.br; Rute.silva@souicesp.com.br; cristianaamorim@icesp.edu.br

Introdução

O racismo continua sendo um problema nos países em desenvolvimento e a educação é essencial para o processo de desenvolvimento, transmitindo a importância e os valores de todos os povos e destacando as origens, crenças e valores de todos os povos, sua cultura e crenças. Precisamos nos aprofundar neste tema. Segundo Durkheim(2013) uma apreciação adequada de uma sociedade requer uma educação que promova a troca de sentimentos e ideias entre seus cidadãos.

As crianças são intrinsecamente inocentes e prestativas, mas infelizmente, algumas delas recebem uma educação precária, egoísta e racista, que influencia suas crenças e comportamentos. Algumas crianças, por natureza, se sentem superiores às outras por causa da cor de sua pele.

Uma grande preocupação é que, apesar das mudanças sociais atuais, ainda existe uma visão preconceituosa de que os negros são vistos como objetos inferiores. Diante desse cenário, é necessário desenvolver estratégias educacionais, principalmente estratégias de educação infantil, para combater o racismo nas escolas e implementar ações educativas fora da escola para transformar a sociedade. Segundo Freire(1996):

O que se coloca à educadora ou ao educador democrático, consciente da impossibilidade da neutralidade da educação, é forjar em si um saber especial, que jamais deve abandonar saber que motiva e sustenta sua luta: se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. (FREIRE. 1996, p. 112)

É importante enfatizar que o racismo não é inato nas crianças, mas se desenvolve com o tempo e muitas vezes é influenciado por aqueles que as rodeiam. A exclusão social depende muito da cor da pele, do cabelo crespo e da ascendência africana, e é motivo de piadas sectárias. Ex-mestre e ex-escravo, somos meios-irmãos, enriquecendo-nos mutuamente com diferentes valores e experiências. Quando melhoramos como um todo, não é sacrificando um elemento por outro”. Nenhum autor específico foi atribuído a esta citação. No entanto, muitos acadêmicos e ativistas que trabalham com questões de igualdade e justiça social enfatizaram a importância de abordar as causas sistêmicas da exclusão racial. Isso pode levar a grandes mudanças pessoais,

como o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos, a formação de valores e a modificação de hábitos e comportamentos.

Para desenvolver uma educação antirracismo de qualidade, as escolas devem se envolver e aprender com atividades educacionais.

Metodologia

Para esta pesquisa será usada uma pesquisa bibliográfica, com embasamento em materiais publicados sobre o assunto: livros, artigos científicos, publicações periódicas e materiais disponíveis na internet nos seguintes bancos de dados de bibliotecas de periódicos virtuais acadêmicos e Instituições de ensino abordando os escritores relacionados ao tema.

O Racismo como Desafio Permanente: Reflexões Iniciais

A ideia de que o racismo é uma realidade complexa que persiste ao longo da história e se manifesta de várias maneiras é uma observação amplamente compartilhada e reconhecida por muitos autores, acadêmicos, ativistas e pensadores ao longo dos anos é uma compreensão geral baseada em análises sociológicas, históricas e culturais podendo ser considerado um sistema que engloba preconceitos, discriminação e práticas sociais, baseado na ideia de que certas raças são consideradas superiores a outras, resultando em tratamento desigual, disparidades e opressão para aqueles classificados como pertencentes a raças como inferiores. É importante ressaltar que o conceito de raça em si é uma construção social, cuidadosa de validação científica. Conforme VAN DEN BERGHE 1967, p.11 apud CAMPOS, 2017, p 4), observou, o racismo pode ser definido como um conjunto de definições relacionadas à percepção de que um indivíduo tem características de seus semelhantes, sejam elas de origem orgânica, genética ou hereditária. É importante destacar que o racismo está intrinsecamente ligado à forma como uma pessoa percebe os outros, independentemente de suas capacidades ou da presença de características que os diferenciam de um grupo específico.

As ideias do racismo manifestam-se essencialmente em três níveis: o nível individual, cultural e institucional. No aspecto individual, esse conjunto de conexões pode ser observado quando indivíduos de um grupo racial compartilham a si mesmos superiores simplesmente por pertencerem a esse grupo, o que se reflete em suas interações interpessoais. No âmbito cultural, ele pode ser compreendido como uma manifestação tanto individual quanto institucional da suposta

superioridade da herança cultural de um grupo racial em relação a outro. No contexto cultural, o racismo se manifesta quando se reforça a ideia de que os conhecimentos e realizações das antigas sociedades africanas, por exemplo, não são valorizados culturalmente da mesma forma que os conhecimentos greco-romanos, como destacado por (Silva, 2001). Finalmente, no nível institucional, o racismo é institucionalizado por meio de instituições que operam de acordo com as premissas do racismo individual. Isso se manifesta através de práticas institucionais que afetam a escolha, os direitos, a mobilidade e o acesso de certos grupos a posições específicas ou ao seu pleno desenvolvimento.

A complexidade do racismo se revela entre diversas perspectivas, conceitos e práticas sociais, destacando a necessidade de abordar a questão racial com sensibilidade e atenção. O racismo se apresenta como um comportamento que envolve aversão, e por vezes ódio, em relação a pessoas identificáveis por características raciais observáveis, como cor de pele e tipo de cabelo. Além disso, engloba um conjunto de ideias e imagens que perpetuam a crença na superioridade ou inferioridade de grupos humanos e a imposição de uma verdade particular como única e incontestável. O racismo é um fenômeno complexo que se manifesta de várias maneiras ao longo da história e em diferentes contextos e sociedades, como mencionado por Borges, Medeiros e D'Adesky (2002). Eles identificaram duas formas interligadas de expressão do racismo: o racismo individual e o racismo institucional.

De acordo com Almeida Silvio (2019) o racismo individual refere-se às atitudes, crenças e ações discriminatórias de pessoas em relação a indivíduos de diferentes grupos étnicos ou raciais. É o tipo mais evidente de racismo e pode incluir preconceitos, estereótipos, linguagem ofensiva e comportamento discriminatório por parte de um indivíduo em relação a outra pessoa ou grupo com base em sua raça ou etnia. O racismo individual pode ser expresso de várias maneiras, desde comentários racistas até agressões físicas, exclusão social e outras formas de discriminação direta, e o racismo institucional é mais sutil e difundido do que o racismo individual. Refere-se a sistemas, estruturas, políticas e práticas dentro de instituições e organizações que perpetuam desigualdades com base na raça ou etnia. Essas instituições podem incluir o governo, o sistema de justiça, escolas, empresas e outras organizações. O racismo institucional não depende necessariamente das intenções racistas individuais, mas sim das maneiras pelas quais as políticas e práticas sistemáticas resultam em desvantagens para grupos raciais minoritários. Exemplos de racismo institucional incluem

disparidades na aplicação da lei, oportunidades educacionais desiguais, discriminação no mercado de trabalho, habitação desigual e acesso desigual aos cuidados de saúde. O racismo institucional muitas vezes é mais difícil de detectar do que o racismo individual, mas pode ter impactos significativos na vida das pessoas de grupos minoritários, perpetuando desigualdades e limitando o acesso a oportunidades e recursos. Em resumo, o racismo individual se refere às atitudes e ações discriminatórias de indivíduos com base na raça, enquanto o racismo institucional se refere a sistemas e estruturas que perpetuam desigualdades raciais, muitas vezes sem depender de intenções racistas individuais. Ambas as formas de racismo são prejudiciais e têm impactos significativos nas vidas das pessoas afetadas

No nível individual, o racismo se manifesta através de atos discriminatórios praticados por indivíduos contra outros indivíduos, podendo atingir extremos de violência, como agressões, destruição de propriedades e até mesmo homicídios. No Brasil, embora também exista esse tipo de racismo, muitas vezes ele se esconde sob uma camada de racismo, disfarce, frequentemente influenciado pela mídia, (GOMES, 2012, p.52).

O racismo tem implicações profundas e prejudiciais na sociedade, impactando pessoas e comunidades de várias maneiras. Alguns dos principais resultados do racismo na sociedade incluem desigualdade e discriminação. O racismo é o alicerce da discriminação racial, o que acarreta desigualdades sistêmicas em áreas como emprego, habitação, educação, justiça criminal e acesso a cuidados de saúde. Se examinarmos qualquer indicador relacionado ao desenvolvimento humano e qualidade de vida, como educação, saúde, moradia, emprego, renda, expectativa de vida e acesso a serviços sociais, fica evidente que as pessoas negras enfrentam uma grande e injusta desvantagem.

Em termos materiais, na ausência de discriminações raciais institucionalizadas, esse tipo de racismo se reproduz pelo jogo contraditório entre, por um lado, uma cidadania definida de modo amplo e garantida por direitos formais, mas, por outro lado, largamente ignorados, não cumpridos e estruturalmente limitados pela pobreza e pela violência policial cotidiana. É pela restrição fática da cidadania e através da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda, de educação; e pelas desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas, que o racismo se perpetua (GUIMARÃES, p. 34, 1999.)

O racismo é uma realidade complexa que persiste ao longo da história e se manifesta de várias maneiras. Para combatê-lo, é fundamental abordar a questão racial com sensibilidade e atenção, promovendo igualdade e justiça. No que se refere ao trabalho pedagógico, envolve repensar o currículo e os materiais fornecidos aos alunos. A Lei 10.639, que faz parte das leis destinadas a combater o racismo na Educação, completou duas décadas. Essa legislação destaca a importância de apresentar as contribuições históricas e contemporâneas dos povos negros e afro-brasileiros para o conhecimento humano e para a construção da sociedade brasileira, como uma maneira de assegurar que os alunos tenham uma compreensão mais abrangente do que nos define.

Na área da educação há notáveis diferenças no acesso à escola entre brancos e negros. As diferenças raciais, contudo, são muito marcantes: os negros e negras estão menos presentes nas escolas, apresentam médias de anos de estudo inferiores e taxas de analfabetismo bastante superiores. As desigualdades se ampliam quanto maior o nível de ensino. O acesso ao ensino médio, ainda bastante restrito em nosso país, é significativamente mais limitado para a população negra, que, por se encontrar nos estratos de menor renda, é mais cedo pressionada a abandonar os estudos e ingressar no mercado de trabalho. (ZAMORA,2012)

Conforme o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) negros e pardos, formam 56% da população, representam 71% dos brasileiros abaixo da linha da pobreza, alcançando 73% na extrema pobreza. Portanto, pode-se perceber que na área da educação existem diferenças significativas no acesso à escola entre pessoas brancas e negras. As diferenças raciais são notáveis, com pessoas negras tendo menos presença nas escolas, menor média de anos de estudo e taxas de analfabetismo mais altas em comparação com pessoas brancas. Além disso, as desigualdades se agravam à medida que se avança nos níveis de ensino. O acesso ao ensino médio é particularmente limitado para a população negra, especialmente para aqueles de renda mais baixa, o que os pressiona a abandonar os estudos e entrar mais cedo no mercado de trabalho. Isso evidencia um problema de desigualdade educacional e social relacionado à raça no país em questão, que precisa ser abordado e resolvido.

Formas Evidentes de Racismo no Ambiente Escolar

O racismo no ambiente escolar demanda

atenção imediata. Em um mundo cada vez mais diversos e interconectado, as instituições educacionais têm não apenas a função de transmitir conhecimento, mas também a responsabilidade de promover valores fundamentais, tais como igualdade, respeito e tolerância. No entanto, muitas vezes, esses valores são minados pela persistência do racismo no ambiente educacional. Os alunos de grupos étnicos minoritários frequentemente enfrentam estereótipos negativos, insultos, exclusão social e até mesmo violência conforme destacado por Macedo (2015), a desvalorização da cultura africana e afro-brasileira nos espaços educacionais, onde o racismo e o preconceito são negligenciados, perpetua a necessidade urgente de intervenção. Se a escola deve formar cidadãos conscientes, é crucial que se preocupe com as relações sociais.

A falta de acolhimento continua a ser um obstáculo para acesso dos estudantes negros à educação, no que tange às manifestações de racismo, presentes em vários setores da sociedade, incluindo o ambiente escolar, é possível identificar diversas expressões de racismo segundo Matos & França (2023), entre as quais se destaca o chamado racismo cordial, onde, por sua vez se manifesta de maneira camuflada, dificultando sua identificação imediata. O termo "racismo cordial" foi introduzido por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra "Raízes do Brasil" (1936). Ele introduziu a expressão "homem cordial" para descrever características da sociedade brasileira que, apesar de aparentemente afáveis e amigáveis nas relações interpessoais, pode, ao mesmo tempo, abrigar profundas desigualdades sociais e discriminação racial.

De acordo com Méndez Crystal, expressões e termos racistas evidenciam a presença da opressão e do preconceito na cultura cotidiana. Alguns exemplos dessas expressões incluem: "A coisa tá preta", "Serviço de preto", "Denegrir", "Cabelo ruim", "Ter um pé na cozinha", "Não sou tuas negas", "Samba do crioulo doido", "Inveja branca" e "Amanhã é dia de branco", evidenciando a persistência do "racismo cordial" na sociedade brasileira. Além disso, destaca-se o conceito de racismo aversivo introduzido por (Dovidio, 1986 & Gaertner, 1998) para descrever uma forma sutil e muitas vezes não intencional de preconceito. Caracteriza-se pelo fato de os indivíduos que o praticam incorporarem valores igualitários em sua autoimagem. Aqueles envolvidos no racismo aversivo geralmente se veem como não racistas e expressam apoio a políticas sociais em prol dos negros. No entanto, suas ações podem revelar sentimentos e crenças negativos em relação aos negros, dos quais podem não estar cientes ou tentar negar. Conforme indicado por (Dovidio &

Gaertner, 1998; Gaertner & Dovidio, 1986), os sentimentos negativos direcionados aos negros em indivíduos racistas aversivos não se caracterizam por hostilidade ou ódio, em vez disso, esses sentimentos se manifestam como uma sensação de desconforto, nervosismo, ansiedade e, em algumas circunstâncias, até mesmo medo em relação às pessoas de origem negra. Essas emoções tendem a motivar mais a evitação de contato próximo do que comportamentos agressivos ou violentos. Além disso é importante considerar o preconceito flagrante e a sutil onda de acordo com Pettigrew e Meertens (1995), o preconceito sutil é descrito como uma maneira indireta de discriminação de um grupo específico, ao passo que o preconceito flagrante se manifesta como uma expressão direta de rejeição a esse grupo. Essa diferenciação é fundamental para obter uma compreensão mais ampla das abordagens utilizadas no contexto escolar, que frequentemente evidenciam a desqualificação, desvalorização e exclusão dos indivíduos negros em relação a suas características individuais, sociais e culturais.

Dentro dos ambientes educacionais, é possível identificar situações em que os professores procuram ocultar práticas racistas conforme observado por Santos (2021) ao utilizarem falas como: "O que você está fazendo?" ou "Respeite seus colegas." Estas expressões são acompanhadas da afirmação de que "Todos vocês são iguais!". Essas frases aparentemente buscam promover a harmonia e igualdade entre os alunos, mas, na realidade, podem ser usadas como uma forma de ocultar ou ignorar situações de discriminação ou preconceito racial que podem estar ocorrendo no ambiente escolar. A ideia de igualdade pode ser positiva em seu conceito, porém, quando usada para negar ou minimizar a diversidade e as diferenças culturais entre os alunos, pode acabar reforçando um ambiente onde o racismo e a discriminação são ignorados ou desconsiderados.

Certamente, o trecho do artigo de Santos (2021) ressalta a ocorrência frequente de situações de preconceito no ambiente escolar. Nestes casos, observa-se a manifestação de comentários discriminatórios entre os alunos, como "só sendo preto mesmo" e o uso de termos depreciativos como 'neguinho', 'pretinho', 'tição', 'negão', e outros similares, indicando a presença cotidiana de um discurso racista no contexto educacional. No entanto, o autor destaca uma preocupação maior quando se trata da postura preconceituosa dos professores. Eles expressam ideias que desqualificam o potencial dos alunos, como rotular um estudante como "preguiçoso", afirmar que "este menino não quer nada com nada", ou ainda estereotipar a capacidade de aprendizagem de um aluno ao referir-se a ele como "aquele escurinho

tem uma enorme dificuldade de aprender".

Infelizmente, essa realidade está presente em nossa realidade, e a escola é um espaço onde essa problemática também se manifesta. Considerando que crianças e jovens passam grande parte do seu tempo nesse ambiente, é nele que podem ser expostos a discriminação e o preconceito, seja por parte de outros alunos ou até mesmo de professores e funcionários. Nesse contexto, a aplicação do bom senso e da consciência moral por parte dos indivíduos torna-se crucial para evitar atitudes racistas e preconceituosas. Conforme destaca Chauí (2000)

A consciência moral da pessoa e a consciência política do cidadão formam-se pelas relações entre as vivências do eu e os valores e as instituições de sua sociedade ou de sua cultura. São as maneiras pelas quais nos relacionamos com os outros por meio de comportamentos e de práticas determinados pelos códigos morais que definem deveres, obrigações, virtudes e políticos que definem direitos, deveres e instituições coletivas públicas, a partir do modo como uma cultura e uma sociedade determinada definem o bem e o mal, o justo e o injusto, o legítimo e o ilegítimo, o legal e o ilegal, o privado e o público. O eu sou uma vivência e uma experiência que se realiza por comportamentos; a pessoa e o cidadão são a consciência como agente moral e político, como práxis. (CHAUÍ, 2000, p.147).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em um levantamento realizado em 2020, embora os pretos e pardos representem 56% da população, eles compõem 71% dos brasileiros abaixo da linha da pobreza. Nas condições de pobreza extrema, esta disparidade aumenta, com 73% de negros e apenas 25% de brancos. Para combater essas desigualdades, é necessário compreender como as estruturas socioeconômicas perpetuam o racismo e desenvolver estratégias eficazes. Pretos e pardos, formando 56% da população, representam 71% dos brasileiros abaixo da linha da pobreza, alcançando 73% na extrema pobreza, evidenciando a necessidade de enfrentar as estruturas socioeconômicas que perpetuam o racismo.

"Da Educação Infantil à Superior, é essencial conhecer e ressaltar o protagonismo africano e afro-brasileiro na produção do conhecimento, como Dandara, Acotiarem, Milton Santos, João José Reis, Muniz Sodré, Conceição Evaristo, Chiquinha da Silva, e relacionar esses exemplos positivos a cada um de nossos estudantes

negros”, aponta Eduardo Oliveira, professor de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Universidade Federal da Bahia (UFBA) 2015.

Infelizmente, o insucesso e o abandono escolar continuam a colocar desafios significativos ao sistema educativo e são mais prevalentes entre os estudantes mais jovens em comunidades de baixos rendimentos, especialmente entre os estudantes negros. Esta disparidade reflete profundas desigualdades sociais e económicas no acesso a uma educação de qualidade. Estas disparidades são exacerbadas por fatores como a falta de recursos financeiros, as infraestruturas envolventes, a discriminação racial e a falta de políticas específicas para a educação inclusiva. Tornar a educação mais acessível e equitativa requer uma abordagem que não só os desafios académicos, mas também as barreiras sociais, económicas e culturais que limitam o pleno desenvolvimento educativo destes estudantes. Abordar estas questões é fundamental para promover uma sociedade mais justa que proporcione a todos os estudantes oportunidades iguais de sucesso académico e social.

Um estudo conduzido pelo Instituto Unibanco em 2019 e conforme à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as taxas de analfabetismo entre pretos e pardos alcançaram o nível mais baixo, atingindo 7,4% em 2022, desde 2016, sendo mais que o dobro da taxa entre os brancos (3,4%). No período de 2019 a 2022, a taxa de analfabetismo do país entre pessoas pretas e pardas com 15 anos ou mais reduziu de 8,2% para 7,4%, marcando a primeira vez que apresenta uma queda abaixo de 8%. Entretanto a mesma pesquisa indicou que, até 2022, 70% dos jovens com idade entre 14 e 29 anos estariam fora da escola, sendo 70% negros e 28% seriam brancos. Essa estatística permanece praticamente inalterada em relação a 2019, quando 71% dos jovens fora da escola eram negros, enquanto apenas 27% eram brancos. Observa-se que os alunos de origem preta e parda enfrentam desvantagens mais evidentes, com taxas significativamente mais altas em comparação com os estudantes brancos.

Estes dados reforçam a urgência de implementação de políticas públicas que abordem efetivamente as desigualdades raciais na educação, desde o combate ao analfabetismo até à garantia de acesso equitativo à educação para todos os grupos nacionais. É vital que o Brasil continue investindo em medidas que promovam a inclusão e a igualdade na educação para edificar um futuro mais justo e equitativo para todos os seus

cidadãos, independentemente de raça ou etnia. Há estudantes que enfrentam discriminação não apenas lidam com o sofrimento emocional, mas também podem ter seu desempenho académico afetado negativamente. Isso pode resultar em falta de motivação, evasão escolar e perda de oportunidades educacionais. Além disso, o racismo estabelece um ambiente tóxico que compromete a construção de relacionamentos saudáveis e a compreensão mútua entre os alunos.

Desafios da abordagem do racismo nas escolas

O objetivo deste capítulo é contribuir para o debate sobre a questão da desigualdade racial no tratamento da educação. Para compreender a educação no Brasil é necessário considerar as relações étnico-raciais que fortaleceram o país. A base cultural do Brasil aceitou as potências europeias dominantes com o objetivo de silenciar a sua base indígena e africana. Embora haja a crença na existência de diversidade cultural no Brasil, fica evidente que não se percebe que as escolas estejam preparadas para lidar com determinadas situações racistas. No desenvolvimento deste artigo, será observado que a abordagem do racismo ainda encontra resistência em debates, tanto em sala de aula quanto na sociedade. Muitos ainda têm a visão de que o racismo é algo do século passado e, no entanto, vemos que não é bem assim.

O indivíduo preconceituoso é aquele que se fecha em uma determinada opinião, deixando de aceitar o outro lado dos fatos. É uma posição dogmática e sectária que impede aos indivíduos a necessária e permanente abertura ao conhecimento mais aprofundado da questão o que poderia levá-los a reavaliações de suas posições. (BERNARD, 1994)

Atualmente entende-se que a gestão escolar vai além das questões burocráticas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. Então, qual será o papel dos gestores escolares no desmantelamento do racismo? Isto se torna importante porque, embora muitas administrações escolares afirmem ser antirracistas em teoria, na realidade enfrentam dificuldades em realizar atividades que efetivamente promovam e valorizem a cultura africana e afro-brasileira. Para compreender o papel da administração escolar nesta situação, é necessário rever as responsabilidades desta função no contexto da escola.

É preciso reconhecer que as desigualdades

existem no âmbito social e escolar onde a contribuição para o desenvolvimento de valores é fundamental para uma sociedade onde cabe a ela interferir no processo de formação, do respeito e consciência do indivíduo. É de grande importância termos um debate quase que diário sobre as questões raciais nas escolas para assim podermos construir uma sociedade onde as relações sociais de respeito às diferenças sejam respeitadas por todos.

A comunidade escolar deve estar atenta às transformações sociais. No Brasil, é reconhecido que as pessoas absorvem ideias enraizadas em sua memória, muitas vezes renunciando à identidade étnica de seu grupo. Apesar disso, é questionado se a sociedade não é racista, especialmente considerando como tais preconceitos não são incompatíveis com a formação de vínculos fortes de amizade e manifestações evidentes de solidariedade e simpatia.

Segundo Silva Luana, a educação desempenha um papel crucial na sociedade, sendo sua responsabilidade influenciar na formação dos educandos como indivíduos conscientes de suas realidades e do contexto social ao qual pertencem. Fomentar discussões sobre questões raciais é essencial para cultivar relações sociais baseadas no respeito às diversidades.

Com a implementação da Lei 10.639/03, as instituições públicas e privadas sentem a necessidade de incentivar seus funcionários a lecionarem como profissionais qualificados da educação. Nesse sentido, pretende-se analisar o avanço da formação profissional na melhoria das relações raciais. Os avanços alcançados pela educação brasileira nas últimas décadas são inegáveis. Relativamente às condições de ingresso, verificamos que os resultados ficam limitados à aplicação da lei, em vez de se concentrarem no seu respeito pelas atitudes e práticas que exigem correção por parte dos funcionários e de toda a comunidade escolar. O projeto de lei e sua contribuição aborda duas questões relacionadas. Esta mudança de perspectiva parece causar grande preocupação no campo da educação, porque a lei exige a introdução de novos conteúdos e perspectivas. Para cumprir as exigências legais e valorizar a forte orientação inclusiva da política educacional brasileira nos últimos anos, as atividades educacionais, a formação e a formação continuada de professores, e até mesmo todo o currículo, devem ser revisadas.

Com a implementação da Lei 10.639/03, ficou claro que os profissionais da educação devem romper com alguns conceitos tradicionalmente

ensinados nos estudos universitários. Porque quando os professores estão sentados na sala de aula, eles são ensinados a ensinar aos alunos apenas o que é relevante para a sua aprendizagem.

A licenciatura brasileira envolve um tipo específico de formação, dividido em duas áreas do conhecimento. Conhecimentos específicos na área escolhida pelo aluno e conhecimentos específicos para a docência. Este princípio é frequentemente refletido no currículo dos cursos universitários.

A maioria dos cursos concentra-se no aprendizado de uma área específica, como arte, literatura, biologia, história ou matemática, oferecida como parte do curso. No entanto, a formação de professores é apenas uma parte do programa. A extensão recentemente introduzida é tradicionalmente ministrada nos cursos de pedagogia, embora o curso tenha sido introduzido pela Secretaria de Educação.

É importante notar que, por um lado, o corpo docente inclui todos os professores, não apenas professores de disciplinas afins, por outro lado, na escola também existem os seguintes educadores: Coordenadores, conselheiros escolares, psicólogos, secretários, em suma, todo o pessoal de apoio. É importante que as escolas, nos seus projetos de desenvolvimento profissional, proporcionem cursos de capacitação para o seu pessoal sobre a relação entre as diferenças no ambiente escolar, por exemplo, como acabar com o preconceito racial.

A escola promove programas que estimulam a comunidade escolar a reconhecer as diferenças e, nesse sentido, conectar educadores e alunos com educadores que agem proativamente diante de situações problemáticas, abordam e constroem conhecimentos percebidos. A missão da escola é preparar os alunos para a cidadania, a vida profissional e a aprendizagem ao longo da vida. Essas são as normas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O fortalecimento da cidadania é um dos principais objetivos da educação, razão pela qual as escolas devem esforçar-se por desenvolver as competências e habilidades que nos permitam compreender a sociedade em que vivemos. Contudo, esta sociedade deve ser entendida como um produto dinâmico da humanidade, um processo interminável de construção e reconstrução. Compreender a formação da cidadania implica, igualmente, na educação para a apreciação do significado do mundo, de seus processos sociais e do papel que cada indivíduo desempenha nesses processos.

Embora as perspectivas e os processos dos professores possam ser considerados tradicionais segundo Coelho (2008, p. 103), não se pode negar que existe uma certa consistência entre o conceito aplicado de cidadania e as práticas docentes. Porque o seu conceito cria a ideia de um cidadão ativo, capaz de resistir às dificuldades, formar os seus próprios pontos de vista, ler o mundo, distinguir o "real do aparente", a sua atividade educativa trata menos de transmitir regras e comportamentos, e mais de desenvolver habilidades e a capacidade de ler e interpretar o mundo.

Portanto, a missão da escola é buscar abordar questões étnico-raciais por meio de bibliografia, selecionar temas para discussão em grupos de estudos e incentivar a criação de cursos para professores, técnicos, estudantes ou melhor ainda, para estudantes. escola, comunidade, podemos investigar as causas e consequências da propagação dos africanos pelo mundo e abordar a história pré-escravatura de África.

Concentramo-nos na contribuição das pessoas de ascendência africana para o desenvolvimento humano. As questões raciais são da conta de todos e devem ser abordadas para reeducar as relações entre africanos, europeus e outras nações. Só assim se reconhecerá a existência dos povos de origem africana e da sua cultura, a necessidade de os valorizar e respeitar. Rocha (2008, p. 57)

Ao introduzir conteúdos sobre a cultura afro-brasileira e a história africana, a Lei 10.638/03 altera a perspectiva anteriormente adotada, mas a apresentação do Brasil e sua formação passa a ser conteúdo educacional. Tradicionalmente, a educação brasileira utiliza a educação brasileira como um desenvolvimento lógico e coerente da história europeia, ou seja, após breve referência a sociedades antigas como o Egito e a Mesopotâmia. Os alunos são convidados a examinar a sociedade ocidental desde a formação do mundo grego. Romana, na Europa, é a matriz cultural do Brasil.

Entende-se que a Lei 10.639/03 estipula que a história africana deve ser tratada de forma positiva e pode fazer parte do conteúdo, informando sobre a contribuição dos egípcios para o desenvolvimento da humanidade. As marcas culturais originárias da África merecem um lugar especial na arte, literatura e história brasileira. Além disso, os professores devem promover a identidade negra e ser treinados para desmascarar os mitos racistas sobre a democracia criados nas escolas.

A Educação é reconhecida como um

elemento fundamental para o avanço da sociedade. A Constituição Federal de 1934 do Brasil corrobora essa percepção ao afirmar que a educação é um direito de todos os cidadãos e um dever tanto da família quanto dos Poderes Públicos, assegurando a educação para todos os brasileiros, o que automaticamente inclui os negros, embora o texto legal não declare isso de forma direta. Esta declaração histórica destaca princípios fundamentais que permanecem até os dias atuais.

Refletindo a ideia de que a educação deve ser acessível a todos, independentemente de origem, raça ou nacionalidade. A universalidade desse direito revela a importância da formação educacional na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, capaz de proporcionar oportunidades iguais a todos os seus membros. A ideia de responsabilidade partilhada entre família e o Estado ressalta a necessidade de cooperação para garantir uma educação de qualidade. Enquanto a família é reconhecida como o primeiro ambiente de aprendizagem, cabe ao Estado fornecer os recursos e estruturas essenciais para que a educação seja acessível e eficaz para toda a população.

Além disso, destaca-se o papel crucial da educação no desenvolvimento nacional, tanto no âmbito econômico quanto moral. A compreensão de que a educação não apenas capacita os indivíduos, mas também fortalece a consciência coletiva e promove um senso de solidariedade, reflete a percepção de que uma sociedade instruída é capaz de progredir de maneira mais justa e sustentável.

Ao buscar desenvolver um "espírito brasileiro" através da educação, enfatiza a importância de cultivar valores, identidade e consciência nacional. Esse aspecto é crucial para a coesão social e o fortalecimento do senso de pertencimento, fundamentais para a construção de uma comunidade unida e solidária.

Art. 149 A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcionar a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (BRASIL, 1934)

Este artigo da Constituição de 1934 prevê que todos os cidadãos têm direito à educação e que é dever das famílias e dos órgãos públicos garantir esse direito. Ele enfatiza a necessidade de proporcionar uma educação que não apenas

contribua para os aspectos morais e econômicos da nação, mas também promova o desenvolvimento de um senso de solidariedade humana no espírito brasileiro. A educação não apenas capacita indivíduos, mas também fortalece a consciência coletiva e fomenta a solidariedade, essencial para o progresso sustentável.

Medidas pedagógicas para combater o racismo nas escolas

O discurso enfatiza a importância da implementação de uma educação antirracista nas escolas como um meio de promover uma educação justa e equitativa para todos os alunos. Destacando-se que a promoção da diversidade, incluindo dimensões raciais e étnicas, é fundamental no século XXI e está alinhada com objetivos globais, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas.

Além disso, o discurso enfatiza que a educação antirracista não deve ser reduzida a eventos ou aspectos específicos, como o Dia da Consciência Negra, mas deve ser adaptada às diferentes regiões, classes e culturas, evitando dependências de calendários e datas específicas. Também são abordadas questões relacionadas à formação de professores, parcerias público-privadas e a importância de incluir a educação antirracista nas políticas escolares e nas regras escolares para lidar com questões relacionadas ao racismo.

A composição dos objetos de pesquisa é baseada em documentos institucionais e legislativos. No entanto, o papel do professor na sua participação deve ser levado em consideração o movimento, isto é, atuando como agente de ruptura, avanço entre outros. Resistir à existência de uma matriz de conhecimento hegemônica que apresenta características iguais ou semelhantes. Nessa perspectiva, será mencionado qual é o papel que os professores consideram que deveriam ser incluídos. Indicar a importância das condições em que as disciplinas são integradas nos cursos obtendo assim seu diploma enquanto entende por que ele está faltando em muitos outros programas de graduação. A exploração da interpretação foi feita por meio de análise codificadas em unidades de texto para ativar o conteúdo em destaque núcleo sensorial.

[...] a situação em que determinada abordagem investigativa demandar a sistematização de conteúdo para o uso exploratório na interpretação e na inferência de significados, bem como a compreensão das suas condições de produção e de

recepção, poder-se-á adotar como recurso a análise de conteúdo. Esse método é uma ferramenta de pesquisa que se aplica à grande diversidade de tipos e gêneros textuais e se presta à exploração interpretativa de documentos, organizando e sistematizando unidades de seu conteúdo, das quais se possam extrair inventários estatísticos de estruturas textuais, como palavras, temas e classes de sentido. (BARDIN, 2011 apud FERREIRA, 2014, p. 34).

Em resumo, o discurso destaca a importância da educação antirracista como um elemento essencial para promover uma educação justa e equitativa, respeitando a diversidade e combatendo o racismo em todas as áreas da educação. As escolas podem adotar algumas medidas para combater o racismo. É importante lembrar que a luta contra o racismo é um esforço contínuo que requer o compromisso de toda a comunidade escolar. A BNCC (Banco Nacional comum curricular) juntamente com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos mostra que existem abordagens que as escolas podem adotar para combater o racismo. Tais como:

Educação antirracista: As escolas podem ensinar a história e a cultura de diferentes grupos étnicos e raciais e promover a diversidade e a inclusão no currículo. Os professores também podem incorporar análises críticas do racismo nas suas aulas e discutir os efeitos do racismo na sociedade. Trata-se de transformar os espaços educativos para combater o racismo estrutural. As escolas desempenham um papel importante não só no ensino da história e da cultura dos diferentes grupos étnicos e raciais, mas também na promoção da diversidade e da inclusão no currículo. Os professores desempenham um papel importante na incorporação da análise crítica do racismo no ensino e permitem a discussão sobre o impacto do racismo na sociedade. Isso não apenas amplia a consciência dos alunos sobre a diversidade, mas também os capacita a reconhecer, desafiar e combater atitudes discriminatórias. Ao criar um ambiente educacional inclusivo e consciente, as escolas podem contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ação afirmativa: é um meio de corrigir desigualdades históricas e garantir oportunidades iguais para grupos marginalizados. Nas escolas, estas políticas podem incluir a implementação de programas e políticas destinadas a garantir o acesso equitativo aos recursos educativos. Isto pode incluir a criação de programas de apoio

acadêmico, bolsas de estudo, políticas de inclusão e diversidade, e estratégias para reduzir as desigualdades existentes nas escolas. O seu objetivo é garantir que todos os estudantes, independentemente da origem étnica, racial ou social, beneficiem de condições equitativas de desenvolvimento e crescimento.

Diálogo aberto: é importante promover o diálogo aberto nas escolas para criar um ambiente seguro em que os alunos se sintam confortáveis para discutir o racismo e partilhar as suas experiências. Isto pode ser facilitado através de grupos focais, fóruns abertos e consultas. Estes espaços dão aos alunos a oportunidade de expressarem as suas experiências, preocupações e desafios relacionados com o racismo, promovendo assim a empatia, a compreensão e o apoio mútuo entre os seus pares. Estas conversas abertas não só aumentam a sensibilização para as questões raciais, mas também fortalecem a comunidade escolar, criando um sentimento de unidade e respeito entre os alunos.

Capacitação para professores: A formação de professores é essencial para identificar e combater o racismo em sala de aula e promover a inclusão e a diversidade. Estes programas de formação proporcionam aos professores ferramentas e estratégias para identificar e abordar situações discriminatórias, criando um ambiente mais acolhedor e inclusivo para todos os alunos. Aprenda como integrar a diversidade em seu currículo, promover o respeito por diferentes culturas e identidades e desenvolver uma consciência racial crítica. Esta formação não só melhorará a prática educativa, mas também contribuirá significativamente para a criação de um espaço educativo mais justo e equitativo.

Eventos e celebrações culturais: A organização de eventos e celebrações culturais nas escolas é uma forma eficaz de promover a compreensão mútua e o respeito pela diversidade étnica e cultural. Festivais, exposições e conferências dão aos alunos a oportunidade de partilharem a sua cultura, tradições e experiências, criando um ambiente de respeito e valorização das diferenças. Estes eventos não só enriquecem o ambiente escolar como também promovem a integração, estimulam a empatia e alargam as perspectivas dos alunos, formando cidadãos mais conscientes e abertos ao mundo que os rodeia.

Parcerias com a comunidade: Trabalhar com líderes comunitários, organizações locais e grupos étnicos para enriquecer a educação com perspectivas e experiências autênticas. Construir parcerias colaborativas é fundamental para enriquecer a educação com perspectivas

autênticas e experiências significativas. Ao colaborar com líderes comunitários, organizações comunitárias e grupos étnicos, as escolas podem proporcionar aos alunos uma compreensão mais profunda e realista da diversidade que existe nas suas comunidades. Essas parcerias oferecem oportunidades para atividades, palestras e projetos que incorporam conhecimento e experiência prática e conectam os alunos com a riqueza cultural e étnica de seu entorno. Esta colaboração fortalece o vínculo entre a escola e a comunidade e proporciona uma educação mais abrangente e inclusiva que prepara os alunos para serem membros ativos e respeitosos da sociedade.

Avaliação e monitoramento: A avaliação e monitorização contínuas dos ambientes escolares são importantes para detectar práticas discriminatórias e monitorizar o progresso na promoção da igualdade racial. Este processo regular permite-nos identificar áreas a melhorar, corrigir comportamentos e políticas discriminatórias e implementar estratégias mais eficazes para criar ambientes escolares inclusivos e equitativos. Ao realizar avaliações regulares, as escolas podem tomar medidas proativas para garantir que todos os alunos se sintam seguros, respeitados e valorizados, e promover uma cultura de diversidade e igualdade.

Apoio emocional: Fornecer apoio emocional aos alunos que sofrem racismo é essencial para criar um ambiente seguro para os alunos expressarem as suas preocupações. Este apoio cria um espaço acolhedor onde os alunos se sentem ouvidos, compreendidos e apoiados, e os ajuda a lidar com o impacto emocional do racismo. Ao fornecer esse apoio, as escolas não só demonstram que se preocupam com o bem-estar dos alunos, mas também fortalecem relações de confiança e promovem um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal e académico dos alunos.

Modelagem de comportamento: Modelar o comportamento de educadores e administradores é fundamental porque devemos modelar respeito, empatia e igualdade em todas as interações. Viver esses valores todos os dias impactará positivamente o ambiente escolar e inspirará os alunos a fazerem o mesmo. Este comportamento exemplar não só promove um clima de respeito mútuo, mas também incute importantes valores sociais e éticos nos alunos, contribuindo assim para a criação de uma comunidade escolar mais inclusiva e harmoniosa.

Essas medidas pedagógicas, entre outras, são fundamentais para criar uma cultura escolar inclusiva e para capacitar os alunos a se tornarem cidadãos conscientes, comprometidos com a

promoção da igualdade racial e a luta contra o racismo em todas as esferas da sociedade.

No entanto, estudos mostram que o papel da educação neste quadro está relacionado com as escolas como locais institucionais. Quer espalhe o racismo ou não. Para estimular a discussão de forma didática, Almeida (2018) divide opiniões. Racismo em três conceitos: individualista, institucional e estrutural. O primeiro é a discriminação direta provocada pelos indivíduos e é considerada um mal moral na sociedade. Este conceito individualista é fraco porque não historiciza o fenômeno e o seu real impacto na sociedade. Para o autor, o conceito institucional é individualista e entende o racismo no funcionamento das instituições que podem mediar. Privilégios ou desvantagens com base na raça. Em outras palavras, o racismo é tratado em termos de: poder e controle. Por fim, os conceitos estruturais avançam na formulação do racismo, nós entendemos isso como a personificação de estruturas sociais racistas. Na concepção do autor:

"Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como normais em toda a sociedade" (Almeida, 2018, p. 37).

O fato de uma escola ter assumido um projeto sobre pessoas negras oferecemos formação contínua sobre relações étnicas e raciais e abordamos o racismo como parte da nossa cultura escolar, ou seja, boas condições de trabalho favorecem a interação entre os professores, o que estimula a reflexividade e abre espaço para a criação de recursos profissionais que a tornem possível intervir na mudança social, neste caso na luta antirracista. Por outro lado, a maioria das situações que envolvem relações étnico-raciais podem ser interpretadas por professores de outras escolas, isso como um jogo entre alunos.

Os professores não possuem recursos ou não tinham capacidade para intervir, em uma representação o professor sugere soluções para o conflito. Os conflitos ocorrem no nível individual e pontual e não há solução. Possíveis problemas sociais relativos ao racismo estrutural e institucional no Brasil. Em outras palavras, o racismo é reduzido a uma perspectiva individualista.

A naturalização dessa discriminação e a existência de uma cultura racista no seio das escolas, reproduz a desigualdade social através do racismo institucional e é uma prova de acesso contínuo. Por mais que seja difícil comunicar os

direitos de cidadania e as dificuldades dos professores para abordar este tema, o racismo sugere que uma educação para a igualdade deve visar primeiramente os profissionais de Educação, pois o desconhecimento do conceito de racismo pessoal, institucional e estrutural. Seja pela marca ou pela origem, a sociedade brasileira não se deixa confrontar com práticas racistas. Incutir relações sociais no ambiente escolar.

Entretanto, existem desafios na implementação dessas medidas. Alguns enfoques de racismo como conceito individualista, institucional e estrutural impactam a abordagem do tema. A falta de compreensão sobre racismo, tanto por parte dos professores quanto da sociedade, pode limitar os esforços para enfrentar o racismo estrutural e institucional presente nas escolas. Há também uma tendência de minimizar situações de discriminação, o que contribui para a reprodução de desigualdades sociais.

Em resumo, apesar das medidas pedagógicas adotadas, a luta contra o racismo demanda uma abordagem mais ampla e sistemática, indo além da perspectiva individualista para reconhecer e enfrentar as estruturas e práticas racistas presentes nas instituições educacionais e na sociedade como um todo.

Considerações finais

Trabalhar o tema do racismo nas escolas e utilizar de medidas pedagógicas para combatê-lo é de extrema importância, pois o ambiente escolar deve ser um espaço seguro e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de sua cor, etnia ou origem socioeconômica. Infelizmente, o racismo ainda é uma realidade presente em muitas escolas, o que pode afetar negativamente o desenvolvimento acadêmico e psicológico dos alunos afetados.

Além disso, o combate ao racismo na escola é uma forma de promover a igualdade e a inclusão social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Por tanto é necessário que educadores e gestores escolares estejam conscientes da importância desse tema e busquem implementar medidas pedagógicas efetivas para enfrentar o racismo nas escolas.

Garantir uma transmissão abrangente da história africana é essencial para a construção nacional a longo prazo. Isto requer um esforço educacional significativo por parte dos professores. Os educadores encarregados de ensinar a história do povo africano enfrentam a complexa responsabilidade não só de transmitir informação, mas também de sensibilizar os alunos para uma história muitas vezes esquecida. À medida que os professores desenvolvem a capacidade de ter

empatia com tópicos e contextos sociais, a sua eficácia no ensino.

Isto significa que as abordagens educativas devem ir além dos currículos tradicionais para incorporar métodos que promovam a compreensão das diversas perspectivas históricas, culturais e sociais. Enfatizando a empatia e a conexão com o conteúdo impactará positivamente a aprendizagem dos alunos, ajudando-os a compreender a diversidade cultural e a construir uma identidade nacional mais inclusiva.

As sensibilidades dos educadores desempenham um papel importante na propensão dos alunos para aceitar ou rejeitar teses e manipulações sobre raça, que são muitas vezes mascaradas por uma fachada acadêmica. Neste sentido, os professores responsáveis pelo ensino da história africana devem desenvolver e desenvolver uma sensibilidade para com os povos e culturas deste continente.

No contexto brasileiro, onde as tradições e a cultura africanas têm grande influência na formação da identidade das pessoas, a empatia pela África pode não ser óbvia, embora todos os brasileiros sejam herdeiros das tradições e da visão de mundo do continente. Os educadores devem, portanto, desenvolver uma compreensão mais profunda da cultura africana, a fim de sensibilizar os alunos para a importância destas influências africanas na construção da identidade étnica, combater os estereótipos raciais e valorizar a diversidade cultural.

As questões étnico-raciais ainda não são amplamente reconhecidas como fundamentais para a transformação das relações sociais, embora sejam apoiadas por legislação dentro e fora dos ambientes educativos. Isto estimula a reflexão sobre a necessidade de consciencializar as intervenções que visam não só os alunos, mas também os educadores, muitas vezes influenciados por ideologias baseadas em mitos e crenças ultrapassadas.

Quando propomos o conhecimento como um processo de constante aproximação e construção, significa que o conhecimento não é definitivo, mas produto de uma construção contínua baseada na realidade e no diálogo entre os sujeitos. Esta abordagem significa que não existe conhecimento completo ou pronto e que os indivíduos têm uma variedade de oportunidades para aprender e expandir os seus conhecimentos para além da escola e ao longo da vida.

O conhecimento está em constante evolução e a realidade é entendida como base para o aprendizado. O diálogo entre os sujeitos é a principal estratégia para sustentar esse aprendizado, permitindo a troca e ampliação de conhecimentos nas atividades em andamento. Esta visão valoriza a abertura a novas perspectivas, a exploração de diferentes perspectivas e a

compreensão de que o conhecimento é um processo dinâmico e em constante evolução.

É importante que os educadores reflitam sobre as suas próprias ações e crenças e reconheçam a importância do exemplo que dão e a importância da investigação étnica no combate ao racismo. Eles precisam compreender a realidade em que vivem, mas muitas vezes enfrentam estudantes que têm vergonha de suas origens ou negam sua própria identidade porque foram discriminados. Você não verá nenhuma dificuldade ou opressão.

Portanto, além de sensibilizar os alunos, também proporciona oportunidades de reflexão e formação aos educadores para criarem um ambiente educativo mais inclusivo, combaterem estereótipos e promoverem a sensibilização para a diversidade étnica.

Agradecimentos

Bárbara Priscilla

Aos amigos e familiares, por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste trabalho e que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização e sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período em que me dediquei a este trabalho.

A professora Cristiana Amorim, por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade além das minhas loucuras.

E a todas as professoras, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado e a todas as alunas da minha turma, pelo ambiente amigável e divertido no qual convivemos e solidificamos os nossos conhecimentos, o que foi fundamental na elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

Rute Ester

À minha querida amiga Mara, cuja dedicação incansável ao longo desta jornada na universidade foi inestimável. Agradeço por sua constante presença, pela partilha dos desafios e das conquistas. Seu apoio foi um pilar fundamental para a conclusão deste trabalho.

À minha parceira, cujo apoio e compreensão nesta fase final foram indispensáveis. Sua presença trouxe equilíbrio e motivação, impulsionando-me a seguir em frente com determinação.

Expresso também minha profunda gratidão à minha professora e orientadora, Cristiana Amorim. Sua orientação especializada, paciência e encorajamento foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Sua presença e feedbacks foram indispensáveis para o resultado alcançado.

Aos demais amigos que estiveram sempre presentes, oferecendo suporte e encorajamento nos momentos cruciais. Suas palavras de incentivo foram faróis que iluminam o caminho até esta conquista.

À minha família, pelo suporte.

Gratidão a todos vocês por serem parte integrante e essencial desta jornada, contribuindo significativamente para o sucesso alcançado neste trabalho.

Referências:

- ALMEIDA, S. L. (2018). O que é racismo estrutural? (Coleção Feminismos Plurais). Letramento. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.
- BERND, Zilá. Racismo e antirracismo. São Paulo: Moderna, 1994: 9-10.
- BORGES, Edson; MEDEIROS; Carlos Alberto; ADESKY; Jacques d'. Racismo, preconceito e intolerância. Wanderley Loconte (Coord.). São Paulo: Atual, 2002. p.80, il.
- BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.147-161.
- BRASIL. [Constituição (1934)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1934. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616989/artigo-149-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, DF: SEF/MEC, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro Brasileira e africana. Brasília, 2005.
- C., & Venturi, G. Racismo cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo, SP: Editora Ática. 1995 [Racismo cordial : a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil : Turra, Cleusa : Download gratuito, empréstimo e streaming : Internet Archive](#)
- CARVALHO, José Carlos de Paula. Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas. Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação, v. 1 p. 181-182, ago. 1997.,
- CAMPOS, L. A. RACISMO EM TRÊS DIMENSÕES: Uma abordagem realista-crítica. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 95, p. 329507, 2017.
- CASHMORE, Ellis. Dicionário de Relações Étnicas e Raciais. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. Convite a filosofia. São Paulo: Ática, 2000
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar (Org.). Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade. Belo Horizonte: MAZZA, 2008. 126 p.
- COMBATENDO o racismo na escola.: abordagens possíveis. Centro de Referências em Educação Integral, 2017. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/metodologias/combate-o-racismo-na-escola-abordagens-possiveis/#:~:text=Entre%20as%20estrat%C3%A9gias%20utilizadas%20para,tragam%20os%20negros%20como%20protagonistas>.
- COSTA NETO, Antonio Gomes da. A diversidade étnico-racial como novo princípio da LDB. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/educacao/lei-10-639-03-e-outras/17933-a-diversidade-etnico-racial-como-novo-principio-da-ldb>.
- CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 1999.
- DIAS, Stefany Rosa A Relação Étnico Racial na Educação Infantil. Brasília, novembro de 2015. 35páginas.Universidade de Brasília – UNB. [2015 StefanyRosaDias tcc.pdf \(unb.br\)](#)
- DURKHEIM, Émile. A educação, sua natureza e sua função. In: _____. Educação e Sociologia. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. Cap. 1. p. 43 e 63.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio Século XXI. .5. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. Ed. Especial para o FNDE/PNLD

FERREIRA, Marcelo; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. A análise de conteúdo como estratégia de pesquisa interpretativa em educação em ciências. *Revelli, Inhúma*, v. 6, n. 2, p. 33-49, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura). ISBN 85-219-0243-3.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.

FREYRE, Gilberto. “Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime a economia patriarcal”. São Paulo: Global, 2006.

_____. Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. In: *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1999. 51 p.

_____. Igualdade e diferença na escola: um desafio à formação de professores. *Cronos, Natal*, v. 7, n. 2, p. 303,309, jul./dez. 2006.

_____. Superando o Racismo na Escola. Brasília: 2^a ed, 2005.
NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre raciais no Brasil. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 19, n.1, p. 287 ? 308, nov. 2006.

FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-tropical*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

GALEÃO-SILVA, Luís Guilherme. *Adesão ao fascismo e preconceito contra negros: um estudo com universitários na cidade de São Paulo*. Tese de doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão. *Acãoeducativa.org.br*, 2012.

GONÇALVES, A. I. de S., & Garcia-Marques, T. (2002). A manifestação aversiva de racismo: Dissociando crenças individuais e crenças culturais. *PSICOLOGIA*, 16(2), 409–424. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v16i2.486>

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil* São Paulo: 42, 1999.

INSTITUTO UNIBANCO. Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão, 2019. Desigualdades educacionais e raciais: evidências e desafios para políticas públicas. https://www.institutounibanco.org.br/uploads/relatorios_desigualdades_educacionais_raciais_v2.pdf Acesso em: 18 de abril de 2023.

[L10639 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/leis/10639.htm) [LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003](https://www.planalto.gov.br/leis/10639.htm). Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

MACÊDO, L. P. de S.; PEREIRA, R. R. S. Educação Neutra: Práticas cotidianas podem ajudar na permanência e reprodução de discriminações contra o negro?. *Somma: Revista Científica do Instituto Federal do Piauí, Teresina*, v. 1, n. 1, p. 46–58, 2015. DOI: 10.51361/somma.v1i1.76. Disponível em: <https://revistas.ifpi.edu.br/index.php/somma/article/view/76>.

MÉNDEZ, Chrystal. 18 expressões racistas que você usa sem saber. Portal Geledés, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/18-expressoes-racistas-que-voce-usa-sem-saber/>.

MEO Lima , Vala J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estud psicol (Natal)*. 2004 Sep; 9(3):401–11. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/k7hJXVj7sSqf4sPRpPv7QDy/?lang=pt>

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 2004.

PERSPECTIVAS PARA A EQUIDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO. Instituto Unibanco, 2022. Disponível em:

https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/perspectivas-para-a-equidade-racial-na-educacao/?gclid=Cj0KCQjwxYOiBhC9ARIsANiElfZXHaQmNqA78m31QiixFplhdfJhFCUDPyKg98HM3hFeajJSUxxq_l4aAiNsEALw_wcB.

PETTIGREW Thomas. F. & MEERTENS, Roel. "Subtle and blatant prejudice in western Europe." Em European Journal of Social Psychology, vol. 25, pp. 57-75, 1995.

ROCHA, Helena do Socorro Campos da. A Experiência com a Lei Nº10.639/03 CEFET-PA: Formação Inicial e Continuada. IN: COELHO, Wilma de Nazaré Baía, Mauro Cezar (Org.). Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade. Belo Horizonte: MAZZA, 2008. 126 p.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro. Belo Horizonte: MAZZA, 2007.

SILVA, Lorena Cardoso; CRUZ, Thiago Nunes. GESTÃO ESCOLAR NO COMBATE AO RACISMO NO CONTEXTO ESCOLAR. Revista Falas Breves, 2023. Disponível em: <https://www.falasbreves.ufpa.br/index.php/revista-falas-breves/article/view/291/262>.

SILVA, M.A. Formação de educadores/ as para o combate ao racismo :mais uma tarefa essenciais. CAVALLEIRO, Racismo e Antirracismo na Educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro ,2001.

ZAMORA, M. H. R. N. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. Fractal: Revista de Psicologia, v. 24, n. 3, p. 563–578, set. 2012.